



Ourinvest Participações S.A.

CNPJ 05.392.771/0001-17
Avenida Paulista, 1728 - 1º andar - Edifício Ourinvest - São Paulo - SP - CEP 01310-919

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, juntamente com o parecer de nossos auditores independentes. O Patrimônio Líquido encerrou o exercício de 2021 em R\$ 58.219 milhões de reais (2020 – 60,49 milhões de reais), Prejuízo Líquido de 2,27 milhões de reais (2020 - Lucro Líquido em 24,67 milhões) e Ativos Totais em 58,73 milhões de reais (2020 – 79,49 milhões de reais). A Administração está à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer informações que julgarem necessárias. São Paulo, 28 de março de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de Reais)							
ATIVO	Nota Explicativa	2021	2020	PASSIVO	Nota Explicativa	2021	2020
Circulante		58.032	70.886	Circulante		511	19.002
Disponibilidades	4	76	24	Obrigações por empréstimos	9	-	18.000
Tít. Vals. Mob. e Instr. Fin. Deriv.	5	53.003	66.694	Outras obrigações		511	1.002
Outros créditos	6	4.953	4.165	Patrimônio líquido	10	58.215	60.489
Outros valores e bens		-	3	Capital social		57.621	57.621
Despesas antecipadas		-	3	Reservas de lucros		594	2.868
Não Circulante		694	8.605				
Tít. Vals. Mob. e Instr. Fin. Deriv.	5	-	7.913				
Investimentos	7	561	531				
Imobilizado de uso	8	133	72				
Intangível	8	-	89				
Total		58.726	79.491	Total		58.726	79.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)						
	Nota	Reservas de lucros			Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva legal	Reserva Especial		
Saldos em 01 de janeiro de 2021	10	57.621	2.363	505	-	60.489
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		-	-	-	(2.274)	(2.274)
Compensação com reservas de lucros:						
Reserva especial de lucros		-	(1.769)	(505)	2.274	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10	57.621	594	-	-	58.215
Saldos em 01 de janeiro de 2020	10	81.440	1.129	31.068	-	113.637
Aumento de Capital		102.261	-	-	-	102.261
Redução de Capital		(126.080)	-	-	-	(126.080)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	24.671	24.671
Distribuição de dividendos		-	-	(31.068)	(22.932)	(54.000)
Compensação com reservas de lucros:						
Reserva legal		-	1.234	-	(1.234)	-
Reserva especial de lucros		-	-	505	(505)	-
Reversão de Dividendos não distribuídos		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10	57.621	2.363	505	-	60.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Informações Gerais: A Ourinvest Participações S.A. ("Companhia") tem como objeto social a participação em empreendimentos imobiliários; participação em outras sociedades; e exploração de concessão de serviços públicos e desenvolvimento de projetos de engenharia civil em rodovias. A Companhia tem suas atividades vinculadas diretamente ao mercado financeiro, atuando i) em investimentos, câmbio, créditos e financiamentos; ii) na participação, na incorporação e na administração de empreendimentos imobiliários; na compra e venda e na locação de imóveis; e na participação em outras sociedades. As demonstrações financeiras elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria em 28 de março de 2022.

2. Políticas Contábeis Significativas: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo: **2.1. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nas demonstrações financeiras as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. **2.2. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. **b) Transações em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Os ativos e passivos que são itens monetários, são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do exercício. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial na rubrica Disponibilidades), e aplicações no mercado aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na nota 4. **d) Aplicações em depósitos interfinanceiros:** A Companhia apresenta suas aplicações de depósitos interfinanceiros em seu balanço patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na nota 4. **e) Instrumentos financeiros:** De acordo com o CPC 38 – "Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração", todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado. Os instrumentos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias: **Ativos e passivos financeiros a valor justo através do resultado** – mantidos para negociação; **Ativos e passivos financeiros a valor justo através do resultado** – designados a valor justo; **Ativos financeiros disponíveis para venda;** **Ativos financeiros empréstimos e recebíveis;** **Passivos financeiros a custo amortizado.** A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. **i) Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação:** Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente ou ativa designada pela entidade, no reconhecimento inicial, como mensurado a valor justo por meio do resultado. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. Os ativos dessa categoria mantidos para negociação são classificações como ativos circulantes. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são representados na demonstração do resultado em resultado financeiro. **ii) Ativos financeiros disponíveis para a venda:** Os ativos financeiros disponíveis para a venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para a venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, na conta de ajuste de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perdas em seu valor recuperável (impairment). São reconhecidos pelos valores de realização, incluindo os rendimentos, e quando aplicável estão ajustados por provisão para redução ao valor de mercado. Os títulos de renda fixa estão custodiados em Instituições Financeiras. **iii) Derivativos:** Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivo quando é negativo. Derivativos podem ser designados ou qualificados como instrumento de hedge para fins contábeis, e em se qualificando, dependendo da natureza do item objeto de hedge o método de reconhecer os ganhos ou perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, e que atendem aos critérios do CPC 38 são contabilizados como hedge contábil. **iv) Hedge de fluxo de caixa:** Para os derivativos se são qualificados e são designados como hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada na Demonstração do Resultado Abrangente – Hedge de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por hedge afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de hedge excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no patrimônio e subsequentemente classificados para o resultado são reconhecidos na linha correspondente de receita ou despesa na qual o item de hedge relacionado é relatado. Se o relacionamento de hedge é descontinuado por não mais atender aos requisitos de efetividade, o ganho ou perda reconhecido no patrimônio como uma reclassificação do resultado abrangente acumulado quando os fluxos de caixa que foram protegidos ocorrerem. Se, for provável que a transação prevista não irá mais ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado no patrimônio é imediatamente reconhecido no resultado como uma reclassificação do resultado acumulado abrangente. **f) Devedores Diversos:** Os valores classificados em devedores diversos são inicialmente contabilizados a valor justo, que é o valor para originá-las ou comprá-las, incluindo quaisquer custos de transação e mensurados subsequentemente a custo amortizado utilizando-se o método de taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa de juros de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima fluxo de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuros. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda no valor recuperável, o valor contábil é reduzido. A receita de juros subsequente é reconhecida no valor contábil reduzida a taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para de-

vedores duvidosos. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** São avaliados periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de um crédito ou um grupo de créditos que estejam deteriorados. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária, caso exista evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que ocorrem, após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda que possa ser confiavelmente estimado. O critério utilizado para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui: **i) Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;** **ii) Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, percentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores);** **iii) Violação de cláusula ou termos de empréstimos;** **iv) Deterioração da posição competitiva do emissor;** **v) Solicitação de recuperação Judicial;** **vi) Decretação de falência;** Quando um empréstimo é incobrável este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após os empréstimos apresentarem atraso nos pagamentos. As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são inadimplentes, mas considerados como novos empréstimos. Em períodos posteriores se os termos renegociados não forem honrados o ativo será considerado como inadimplente. **g) Outros ativos financeiros:** Estes ativos são apresentados em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. **h) Imobilizado:** De acordo com o CPC 27 – "Ativo Imobilizado", o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas abaixo:

Taxa anual de depreciação

Móveis e equipamentos	10%
Sistema de comunicação	10%
Outros ativos intangíveis	20%

De acordo com o CPC 01 – "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração do Resultado. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos custo de venda pode ser determinado de forma confiável. Não reconhecemos perdas por redução ao valor recuperável em ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração do Resultado na rubrica Outras Receitas ou Despesas Não Operacionais. **i) Passivos financeiros a custo amortizado:** Os passivos que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. As despesas de juros são apresentadas na Demonstração do Resultado em despesas de juros e rendimentos. Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial são reconhecidos a custo amortizado: **Empréstimos e financiamentos;** **Outras obrigações;** **j) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda são constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10%. As provisões para a contribuição social são constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, à alíquota de 9%. A Companhia adotou o Regime Transitório Tributário (RTT), para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando o para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais. No exercício de 2021 e 2020 a companhia apurou lucro fiscal de IRPJ e contribuição social. **k) Ativos e passivos contingentes:** De acordo com o CPC 25 – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto, quando a Administração da Companhia entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde às ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente. Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações civis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da Companhia e suas controladas, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança. As contingências são classificadas como: **Prováveis:** as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões; **Passíveis:** as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e **Remotas:** as quais não requerem provisão e divulgação. **l) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996 as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas demonstrações contábeis como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal é registrado em conta redutora de patrimônio líquido. **m) Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulações. O montante do lucro por ação foi determinado com se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 "Resultado por Ação".

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: a) Disponibilidades: São representados por disponibilidades e moeda nacional. Os valores estão apresentados abaixo:

	2021	2020
Caixa	4	6
Depósito Bancário	72	18
Total	76	24

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:

Circulante: Os títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos foram contabilizados pelo seu valor justo e estão assim representados:

	2021	2020	
Valor de mercado			
Até 12 meses	12 meses	Total	
CDB Banco CDI (*)	100	-	100
Cotas de Fundos em Direitos Creditórios (*)	-	47.989	47.989
Cotas de Fundos Imobiliários (*)	-	4.914	4.914
Total	100	52.903	53.003

Títulos disponíveis para a venda:

	2021	2020	
Valor de mercado			
Até 12 meses	12 meses	Total	
LFs (*)	-	7.913	7.913
Total	-	7.913	7.913

6. Outros Créditos

	2021	2020
Impostos e contribuições a compensar	3.699	3.847
Títulos e créditos a receber (*)	1.235	-
Devedores diversos país	19	318
Total	4.953	4.165

7. Investimentos: a) Composição dos investimentos:

Os investimentos em coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo os principais dados os seguintes:

	2021	2020	
Participação direta em %	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	
No país	561	30	
Cia. Ourinvest Secur. de Crédito Fin.	99,99%	290	27
Ourinvest Metais - Comercial exportadora.	99,99%	271	3
Total	561	30	

8. Imobilizado

	2021	2020	
Participação direta em %	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	
No país	531	22	
Cia. Ourinvest Secur. de Crédito Fin.	99,99%	262	21
Ourinvest Metais - Comercial exportadora.	99,99%	269	1
Total	531	22	

9. Obrigações por Empréstimos: a) Composição de empréstimos e financiamentos

Empréstimo no país (*)

	2021	2020	
Valor de mercado			
Até 12 meses	12 meses	Total	
Empréstimo no país (*)	-	18.000	18.000
Total	-	18.000	18.000

(*) Em 31 de dezembro de 2021 a Cia. não possui empréstimos e financiamentos, (2020 - R\$ 18.000).

10. Patrimônio Líquido: a) Capital Social:

Conforme ata registrada em assembleia no dia 30/09/20 ocorreu uma redução do capital da sociedade, no valor total de R\$ 126.080.279,36 (cento e vinte e seis milhões, oitenta mil, duzentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos), por ser excessivo ao necessário para consecução do objeto social da sociedade, em razão do que o capital social da sociedade para de R\$ 183.701.398 (cento e oitenta e três milhões, setecentos e um mil e trezentos e noventa e oito reais) para R\$ 57.621.119,06 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e vinte e um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa e oito centavos) e seis centavos) dividido em 20.680.290 (vinte milhões, oitocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e oito) ações ordinárias, 13.786.860 (treze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e quatro) ações preferenciais. Conforme ata registrada em assembleia no dia 29/06/2020 ocorreu a cisão parcial da Sphere Holding S.A., ocasionando um aumento de capital para R\$ 183.701.398 (cento e oitenta e três milhões, setecentos e um mil e trezentos e noventa e oito reais), dividido em 20.680.290 (vinte milhões, oitocentos e oitenta mil e duzentos e noventa e oito) ações, sendo 6.893.430 (seis milhões, oitocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e sessenta e quatro) ações ordinárias e 13.786.860 (treze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e quatro) ações preferenciais. Conforme ata registrada em assembleia no dia 29/06/2020 ocorreu a cisão parcial da Sphere Holding S.A., ocasionando um aumento de capital para R\$ 183.701.398 (cento e oitenta e três milhões, setecentos e um mil e trezentos e noventa e oito reais), dividido em 20.680.290 (vinte milhões, oitocentos e oitenta mil e duzentos e noventa e oito) ações, sendo 6.893.430 (seis milhões, oitocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e sessenta e quatro) ações ordinárias e 13.786.860 (treze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e quatro) ações preferenciais. Com base na Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2019, foi deliberado aumento de Capital Social, de R\$ 81.000 para R\$ 81.440, dividido em 11.067.960 (onze milhões, sessenta e sete mil, novecentas e sessenta e quatro) ações, sendo 3.689.320 (três milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, trezentos e vinte e sete) ações ordinárias e 7.378.640 (sete milhões, trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A integralização das novas ações emitidas ocorreu mediante o aproveitamento de parte do crédito detido pelos acionistas decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio aprovada nos termos da Ata de Reunião da Diretoria de 29.11.2019.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de Reais)

Descrição	Nota	2021	2020
Receitas de participações		38	30.093
Equivalência patrimonial positiva		3	30.024
Rendas de contrato mútuo / cessão de crédito		5	69
Despesas de participações		(3)	(8.405)
Equivalência patrimonial negativa	(3)	(7.682)	-
Despesas de empréstimos	9a	-	(723)
Resultado bruto		35	21.688
Despesas / Receitas Operacionais		(3.890)	(2.247)
Despesas gerais e administrativas		(2.010)	(1.054)
Despesas de pessoal / Pró-labore		(1.823)	(636)
Despesas tributárias		(363)	(601)
Outras receitas operacionais		433	51
Outras despesas operacionais		(101)	(7)
Participações no Lucro		(26)	-
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		(3.855)	19.441
Resultado financeiro		1.811	5.889
Receita com títulos e valores mobiliários		4.082	10.416
Cotas de títulos e valores mobiliários		(2.271)	(4.527)
Resultado não operacional		-	(15)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(2.044)	25.315
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	11	(230)	(644)
Imposto de renda		(163)	(467)
Contribuição social		(67)	(177)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(2.274)	24.671
(Prejuízo) Lucro por ação - (Reais / Ação)		(0,1099)	1,1930
Quantidade de ações		20.680.290	20.680.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 20